

# Cícero e Clódio: uma disputa pela autoridade religiosa

*Cicero and Clodius: a dispute over religious authority*

Jhan Lima Daetwyler\*

**Resumo:** O artigo tem o objetivo de analisar um momento específico da trajetória política de Cícero, de quando ele volta para a cidade de Roma após o seu exílio, no ano 56 AEC, e precisou lidar com a rivalidade política e religiosa de Clódio. Como veremos, nesse caso, as disputas entre os dois romanos foram devidas aos prodígios relatados pelo colégio dos arúspices. Nesses debates, Cícero tentou provar que a sua autoridade religiosa o fez ser o verdadeiro interlocutor com as divindades e que Clódio, de diversas maneiras, era um inimigo profano que precisava ser combatido pelo bem da República.

**Abstract:** The article aims to analyze a specific moment in Cicero's political trajectory, when he returned to the city of Rome after his exile in 56 BCE, and had to deal with the political and religious rivalry of Clodius. As we shall see, in this case, the quarrels between the two romans were due to the prodiges reported by the College of Haruspices. In these debates, Cicero tried to prove that his religious authority made him the true interlocutor with the deities and that Clodius, in various ways, was a profane enemy who needed to be fought for the good of the Republic.

**Palavras-chave:**

Cícero;  
Religião romana;  
*Haruspicum Responso*.

**Keywords:**

Cicero;  
Roman religion;  
*Haruspicum Responso*.

---

Recebido em: 15/06/2019  
Aprovado em: 30/08/2019

---

\* Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sob orientação da Profa. Dra. Claudia Beltrão da Rosa.

## Introdução

É muito comum os historiadores se depararem com as dificuldades para compreender e transpor certas noções e conceitos característicos da cultura que estudam para o seu universo atual. Quanto maior é a distância temporal, a atenção e o cuidado para não cair em anacronismos e generalizações abusivas deve ser redobrada. Esse é um trabalho sobre um período bastante distante de nosso tempo, mas que ainda está muito presente na nossa história. Isso porque o objetivo principal é demonstrar como a religião poderia ser usada como uma força legitimadora da política, principalmente por quem compreendia muito bem as suas regras e os seus ritos.

Marco Túlio Cícero é um dos mais prolíficos autores cujas obras sobreviveram da Antiguidade Clássica. E um dos mais diversos, já que seus trabalhos incluem discursos, cartas, poesias e ensaios sobre política, filosofia, oratória e religião. Ele é quase único entre os homens da Antiguidade justamente porque se sabe muito sobre a sua pessoa: quem ele era, o que fez, suas convicções, versões. Ele apresenta, dessa maneira, múltiplas características para a História: a de um herói, defensor da liberdade, a de um modelo de sucesso e fracasso político, assim como a característica de um modelo de oratória e também a de um áugure romano.

É importante destacar que, no mundo romano, política e religião não são aspectos separados da sociedade humana. E um dos principais obstáculos para a compreensão dessa inter-relação se aprofunda em nossas próprias concepções e preconceitos acadêmicos (BELTRÃO, 2003, p. 23). Para compreender como Cícero discursava contra os seus rivais políticos da República, é muito importante entender como a religião romana funcionava e estava inserida na cidade. E quando observamos as relações entre política e religião, há algumas questões que devem ser problematizados, pois a religião estava profundamente envolvida na vida política romana em todos os períodos. Assim, a aprovação de uma lei ou a eleição de um magistrado, por exemplo, eram atos que envolviam a tomada dos auspícios; a validade destes auspícios era jurisdição dos áugures. Com a base da religião romana brevemente esclarecida, podemos então focar a questão do que era o áugure romano e como Cícero construiu a sua imagem de áugure também.

## Autoridade

A palavra *auctoritas* é derivada do verbo *augere*, que significa “aumentar”, e aquilo que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é a fundação (ARENDE, 2016, p. 165). A autoridade, em contraposição ao poder, *potestas*, tinha suas raízes no

passado, mas esse passado não era menos presente na vida real da *urbs* que o poder e a força dos vivos. A força coercitiva dessa autoridade está intimamente ligada à força religiosa dos auspícios, que revela a aprovação ou desaprovação divina das decisões feitas pelos mortais. E, exatamente como a origem de todos os auspícios remonta ao grande sinal pelo qual as divindades deram a Rômulo a autoridade para fundar Roma, assim também toda a autoridade dos áugures deriva dessa fundação, remetendo cada ato ao sagrado início da história romana, e somando, por assim dizer, a cada momento singular todo o peso do passado.<sup>1</sup>

Essa tradição condiz com um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras, de natureza ritual e simbólica, incluindo certos valores e normas de comportamento por intermédio de sua repetição, o que implicava, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Como o historiador Eric Hobsbawm (1997, p. 9) afirma, o que se entende como “costume” não poderia dar-se ao luxo de ser algo invariável, porque a vida e a maneira de agir dos romanos não eram assim. O costume, inserido nessa tradição romana, é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.

Os áugures romanos não se apropriavam de todos os tipos de comunicação divina.<sup>2</sup> Por exemplo, eles não eram consultados sobre a interpretação de prodígios, e não lidavam com a leitura de entranhas de animais sacrificados, que era também a tarefa dos harúspices. Em casos normais, um áugure estaria presente como conselheiro, talvez testemunha, e após o evento, o colégio augural seria a fonte de julgamento sobre a legalidade do que tinha sido feito (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 22). Esse foi o fator determinante na disputa entre Cícero e Clódio, como veremos a seguir, quando dois sacerdotes romanos, um áugure e um *quidecemuiri*, respectivamente, resolveram se valer de suas autoridades religiosas para interpretar os prodígios do ano 56.<sup>3</sup>

Um aspecto cultural do mundo romano muito importante de estabelecer é que, ao contrário do nosso conceito de crescimento, em que se cresce para o futuro, para

---

<sup>1</sup> Cícero afirmava que os gêmeos fundadores de Roma, Rômulo e Remo, eram áugures, e esse escritor romano era membro do colégio dos áugures de Roma. Ele declarou que a tarefa principal dos áugures era tomar os auspícios, mas que, para tal, outras cerimônias eram exigidas, bem como informa que os áugures realizavam algumas ações por si mesmos e colaboravam em outras realizadas por magistrados e pelo *pontifex maximus* (BELTRÃO, 2003).

<sup>2</sup> Um áugure romano geralmente toma o seu lugar para analisar os auspícios antes do amanhecer, de modo a observar o eixo Leste-Sul, na direção favorável do nascer do Sol. Com seu *lituus*, um cajado curvo, traçava quadrantes do céu, que ele designaria de mau agouro ou auspicioso. O aparecimento de aves em determinada região do céu, então, indicaria a vontade divina. Se o voo dos pássaros fosse para o Leste, isso significava o auspício mais favorável. Para o Oeste era então um sinal contrário e proibitivo. O quadrante mais propício era na direção Sudeste a Nordeste, pois pássaros voando nele não se limitam a designar apenas um consentimento divino, mas sim uma afirmação divina de forma direta (MIGNONE, 2014). E não se trata de uma confirmação divina qualquer, mas sim do próprio deus Júpiter, o deus celeste, o maior e melhor (*Optimus Maximus*).

<sup>3</sup> Todas as notas mencionadas nesse artigo são anteriores à Era Cristã.

os romanos, o crescimento dirigia-se no sentido do passado. Relacionando essa atitude com a ordem hierárquica estabelecida pela autoridade, visualizando essa hierarquia na familiar imagem da pirâmide, é como se o cimo da pirâmide não se estendesse até as alturas de um céu acima, mas nas profundezas de um passado terreno (ARENDR, 2016, p. 166). Nesse contexto político é que o passado era santificado por meio da tradição. Enquanto essa tradição fosse ininterrupta, a autoridade dos áugures estaria intacta, e agir sem autoridade e tradição, sem padrões e modelos aceitos e consagrados pelo tempo, sem o préstimo da sabedoria dos pais fundadores, era inconcebível para os romanos. E é com base nessa tradição que Cícero procurou suplantar seus adversários políticos no final da República romana.

A grande defesa de Cícero a favor de sua autoridade religiosa se encontra em suas críticas àqueles que utilizaram os auspícios contra o que ele considerava os interesses da *Urbs*. O problema, claramente, era que existiam diferentes opiniões sobre o que era melhor para a República romana, e os oponentes de Cícero, sem dúvida, consideravam justificável manipular os auspícios para avançar seus projetos, assim como o próprio Cícero sentia ao alcançar suas metas.

### Cícero contra Clódio

No final do ano de 62, Públio Clódio Pulcher invadiu a residência do *pontifex maximus*,<sup>4</sup> que na época era Júlio César, supostamente para se encontrar com a esposa de César, Pompeia, que seria a sua amante (Plutarco, *Vitae Parallelae, Caesar, 9, 1*). Nesse dia específico, os ritos para homenagear a *Bona Dea* estavam acontecendo e a presença de todos os homens, até mesmo dos escravos, era proibida.<sup>5</sup> Os ritos de *Bona Dea* faziam parte dos mistérios relacionados exclusivamente às mulheres. Entretanto, isso não impediu Clódio, que resolveu se disfarçar de mulher e entrar na residência durante a cerimônia. Ele é descoberto, o que gera um grande vexame público, que nunca foi esquecido pela elite senatorial romana. O que fez até mesmo que César se separasse de Pompeia, alegando que a esposa de César deveria estar acima de qualquer suspeita (HARVEY, 2010, p. 115).

---

<sup>4</sup> De origem patrícia, conseguiu mudar sua condição para plebeu com o auxílio do *pontifex maximus*, Júlio César, em sua *transitio ad plebem*, com o objetivo de se tornar tribuno da plebe. Nesse cargo, promulgou cinco leis, as *Leges Clodiae*, sendo que a última era direcionada a Cícero, mas sem nomeá-lo, pois condenava ao exílio quem tivesse condenado à morte um cidadão romano sem julgamento.

<sup>5</sup> Ou "Boa Deusa", era uma divindade venerada pelas matronas romanas. Ela tinha um templo no monte Aventino, mas os seus rituais secretos eram realizados na casa de um proeminente magistrado romano. Os ritos eram conduzidos pela esposa do magistrado, que era assistida pelas virgens vestais. Só as mulheres eram admitidas e até representações de homens e animais eram removidas, e as estátuas de homens, não podendo ser removidas, eram cobertas.

Nessa época, Cícero e Clódio mantinham um relacionamento estável e, segundo Plutarco, era porque Cícero estava interessado na irmã dele, Clódia. No dia do incidente, Clódio teria até mesmo pedido para Cícero testemunhar a seu favor, dizendo que os dois estavam juntos na casa de Cícero, que era vizinho dele. Porém, Cícero teria sido acuado pela sua esposa, que detestava Clódio e tinha ciúmes de sua irmã, exigindo que Cícero denunciasse Clódio perante o Senado romano. Cícero então desmentiu Clódio, alegando que ele não estava em sua casa. Clódio foi absolvido mesmo assim; segundo Cícero, por meio de muito suborno; mas nunca perdoou Cícero por isso (Plut., 305). Ganhou popularidade seu espírito desordeiro e agitador e ele conquistava a plebe com seus comandos e congregava pessoas para executar seus planos. Como pertencia à elite patricia, no intuito de se eleger tribuno da plebe, compreendeu a tarefa de sua passagem para a classe plebeia, mesmo com a oposição de Cícero a essa manobra, quando se fez adotar por Fonteio, que tinha vinte anos a menos, e a emancipação imediata de Clódio e a operação que não ultrapassou três horas. Clódio, como tribuno, embarcou em um grande programa de legislação popular, com uma parte significativa de vingança contra Cícero (LINTOTT, 2008, p. 176).

Anos depois, em 58, Clódio passou uma lei, a *Lex de capite civis romani* (Lei de pena capital de um cidadão romano), condenando ao exílio qualquer um que tivesse falhado em adotar os procedimentos legais em condenar um cidadão romano à morte. Essa foi uma estratégia política planejada para prejudicar Cícero. A repressão radical de Cícero contra a conspiração de Catilina, em 63, tinha voltado-se contra ele.<sup>6</sup> Clódio, seu inimigo político, tirou vantagem da execução ilegal de Cícero de cidadãos romanos dentro da conspiração sem serem julgados (RAWSON, 1983, p. 116). Cícero precisou deixar a cidade de Roma com urgência depois da sanção da *capital lex civis Romani*, e os cônsules da época, Gabínio e Pisão, aliados de Clódio, participaram ativamente do confisco de suas propriedades (CAIRO, 2017, p. 76).

Sendo obrigado a sair da cidade, Clódio celebrou sua vitória com a destruição da casa de Cícero, e consagrando parte dela como santuário para a deusa *Libertas*, uma

---

<sup>6</sup> Cícero tinha convocado uma reunião do Senado no dia 8 de novembro, na qual ele pudesse denunciar formalmente Catilina e intimá-lo a sair de Roma. Em um primeiro momento, ele lembrou aos presentes o notório passado de Catilina, no instante seguinte, arditamente se dizia arrependido por não ter reagido ao perigo rapidamente. Mais adiante, revelava detalhes precisos sobre a conspiração, na casa de quem os conspiradores haviam se reunido, em que datas, quem estava envolvido e quais eram exatamente os seus planos. Catilina comparecera pessoalmente para enfrentar a denúncia. Sentindo que estava perdido, naquela noite, ele abandonou a cidade (RAWSON, 1983, p. 73-74). Em 5 de dezembro, Cícero convocou novamente o Senado para discutir o que fazer com os homens agora sob custódia. Dessa vez, os senadores se reuniram no templo da deusa Concórdia. Cícero mandou executar os homens sumariamente, sem nenhum julgamento. Em tom triunfal, anunciou as execuções a uma multidão exaltada, usando a famosa palavra, *uixere*, isto é, "eles viveram", ou seja, eles estão mortos (RAWSON, 1983, p. 82).

escolha intencional, já que o próprio princípio de “liberdade” fora o que Cícero tinha sido acusado de violar. Nesse contexto, a política romana nos anos 50 girou em torno de uma aliança entre Pompeu, César e Crasso. Cícero não estava disposto a apoiá-los e tentara, sem êxito, quebrar o pacto. Durante algum tempo, foi forçado a deixar Roma para servir como governador da Cilícia. Entretanto, no ano seguinte, Cícero fora chamado de volta, e o Senado se viu com o problema de sua propriedade (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 114).

No dia 29 de setembro do ano 57, o colégio dos pontífices se reuniu em Roma para decidir o destino da casa de Cícero. Em sua obra, *De domo sua*, Cícero relata como o tribuno Clódio conseguira demolir parte de sua casa no monte Palatino e transformou a outra parte em um templo para a deusa *Libertas*, quando Cícero estava exilado, em 58. Cícero ordenou, em seus discursos aos pontífices, após o seu retorno no ano seguinte, que devolvessem a casa a ele (RAWSON, 1983, p. 124). Resumidamente, o colégio dos pontífices determinou, então, que a consagração tinha sido realizada sem a autorização do povo romano e, por isso, era inválida, e o local voltou a ser propriedade de Cícero. Não há uma resposta sobrevivente de Clódio para os pontífices, na qual ele deve ter feito sua defesa ao templo de *Libertas* (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 116).<sup>7</sup>

O discurso de Cícero, em *De domo sua*, não é uma obra isolada da história da República romana tardia, que lida com essa rivalidade entre Cícero e Clódio. Outro discurso sobrevivente, originalmente entregue ao Senado, o *De haruspicum responso*,<sup>8</sup> do ano de 56, lida diretamente com a resposta dada pelos harúspices para um estranho barulho que fora ouvido fora de Roma e tenta interpretar corretamente as enigmáticas palavras dos adivinhadores (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 115).<sup>9</sup> Cícero também nos providencia atividades diárias ligadas com as políticas religiosas no período entre 60-40, que tipo de prodígio aconteceu e quais eventos de profecias ruins foram observados pelos áugures (RÜPKE, 2007, p. 48).<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> *De domo sua* é uma obra que apresenta a legislação romana em ação. Em seu discurso, em setembro de 57, Cícero discutiu diante dos pontífices que sua casa deveria ser restituída a ele e que a dedicação de Clódio pelo santuário da deusa *Libertas*, em parte dela, deveria ser anulada. O objetivo do discurso consistia em atacar a validade da dedicação de Clódio em primeiro lugar, e o seu direito de ser tribuno também, denunciar seu comportamento profano durante o tribunato e denunciar o exílio ilegal a que Cícero fora imposto. Isso porque Clódio teria violado os direitos de cidadão romano de Cícero, já que ele não tinha sido declarado um inimigo, *hostis*, da República, como Catilina tinha sido feito por Cícero, e então ele deveria ter tido um julgamento justo antes de sua sentença (HARRIS, 2013, p. 116). Essa sutileza fez toda a diferença no debate político, pois *hostis* seria uma alcunha que praticamente anulava o direito de cidadania romana e colocava o indivíduo em uma situação de inimigo de Roma e das divindades, uma pessoa profana.

<sup>8</sup> O *De haruspicum responso* inclui não só uma lista de ações que deviam ser tomadas e das divindades que deviam ser aplacadas, mas também das ofensas humanas que podiam ter causado o distúrbio.

<sup>9</sup> Do latim, *haruspex*, era um sacerdote encarregado de perceber os auspícios das entranhas do animal que era sacrificado (ALMEIDA, 2008, p. 212). De origens etruscas, esses sacerdotes provinham geralmente de famílias aristocráticas e eram convocados em casos de prodígios reconhecidos pelo Senado.

<sup>10</sup> Um prodígio era um evento extraordinário, que os romanos consideravam como contrário à ordem natural e era um sinal de um desequilíbrio entre as relações mortais-divindades. Os prodígios são muito importantes para a

Os prodígios anunciados então incluíam: um enorme barulho, como o de armas, e um tremor de terra em *Picenum*. Ao interpretá-los, os harúspices apontavam cinco sacrilégios: negligência e profanação na execução de jogos (*De Har.*, 21); profanação de lugares sagrados (*De Har.*, 30); morte de embaixadores, sob o abrigo das leis humanas e divinas (*De Har.*, 4); violação da *fides* e de juramentos (*De Har.*, 36).

Nessa questão, Clódio, que na época era um *quidecemuiri sacris faciundis* e tinha o cargo de interpretar os Livros Sibílicos em caso de prodígios,<sup>11</sup> alegou que sabia quem era o culpado por esses prodígios e que sabia como interpretá-los adequadamente.<sup>12</sup> Clódio declarou, de acordo com Cícero, que a profanação de locais sagrados que os harúspices tinham mencionado era referente à destruição de Cícero ao santuário da deusa *Libertas*. Cícero, por outro lado, em seu discurso sobrevivente, não aceitou essa denúncia, e como áugure romana, alegou que ele sabia interpretar esses prodígios de maneira adequada e que o causador de todos os problemas era Clódio (BEARD, 2012, p. 3).

Cícero relata a perturbação feita por Clódio nos jogos da *Megalensia*, em honra da deusa *Magna Mater*,<sup>13</sup> e diz que os rituais antigos e secretos realizados de maneira imprópria, também mencionados pelos harúspices, foram os rituais para *Bona Dea*, naquele momento em que Clódio foi descoberto disfarçado dentro da cerimônia em anos anteriores (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 138). Tratava-se de uma disputa entre os dois para provar quem podia e sabia interpretar os sinais divinos, e especialmente, quem tinha Júpiter do seu lado.

Muito desse debate foi claramente uma série de apelos oportunos para garantir uma resposta dos harúspices. Apesar da exploração religiosa para depreciar um inimigo político, o que eles estavam debatendo era uma interpretação de um sinal divino. Quando Cícero e

---

compreensão da religião romana, por muitas razões. Uma delas é porque tais eventos e seus resultados são muito presentes nos textos que nos chegaram de Roma; outra é a própria precisão com que conservavam as listas de prodígios (BELTRÃO, 2003, p. 26).

<sup>11</sup> Durante a República, o Senado sempre manteve a autoridade sobre os oráculos. Quando os livros foram depositados no templo de Júpiter *Optimus Maximus*, dois homens foram selecionados para se encarregarem deles, os *duumuiri sacris faciundis*. Esse número aumentou para 10, em 367, metade composta por plebeus e a outra por patrícios, sendo chamados então de *decemuiri sacris faciundis*. E depois, foi aumentado para 15, no primeiro século, chamados então de *quidecemuiri sacris faciundis*. Sob Júlio César, o colégio decenviral passou a ter 16 membros, mas o nome foi mantido como "os quinze homens do sacrifício". Somente esses homens podiam consultar os livros, e apenas quando o Senado pedia para eles fazerem isso (BERNSTEIN, 2007, p. 226).

<sup>12</sup> Os Livros Sibílicos eram uma coleção de versos em pergaminhos arquivada no templo de Júpiter *Optimus Maximus*, no Capitólio, até o *princeps* Augusto a transferir para o templo de Apolo (ORLIN, 2002, p. 75). Quando prodígios aconteciam e as autoridades romanas eram incapazes de aplacar a ira das divindades por meio de seus ritos de costume, elas consultavam então os Livros Sibílicos. Eles prescreviam rituais de diversos tipos: procissões, oferendas, sacrifícios e jogos.

<sup>13</sup> Em 204, as autoridades romanas tiveram a deusa *Magna Mater* enviada da Ásia menor para Roma sob a forma de uma pedra negra que simbolizava o seu culto. Esta divindade da Anatólia helenizada recebeu um novo templo no Monte Palatino, com jogos anuais para serem celebrados em sua honra (GRUEN, 2006, p. 466).

Clódio clamam a correta interpretação do prodígio, cada um está assegurando sua posição privilegiada de intérprete da vontade das divindades. Cícero constantemente caracteriza Clódio como o inimigo das divindades, seja pela invasão dos ritos de *Bona Dea*, seja pela destruição dos auspícios em suas reformas de 58 (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 140).

Após esta primeira parte, dedicada a refutar a acusação de Clódio, Cícero afirma encontrar uma interpretação correta sobre os prodígios que ocorreram, segundo os harúspices: a profanação da devastação de jogos (*De Har.*, 20-29), o assassinato de embaixadores (*De Har.*, 34-35), a violação de juramentos (*De Har.*, 36) e a alteração dos sacrifícios antigos (*De Har.*, 37-39). Em cada caso, Cícero apresenta a sua própria leitura, discutindo o que é a referência para cada instrução. De acordo com sua interpretação, Clódio estaria causando a ira divina por causa de seus excessos proverbiais e ímpios e o seu comportamento violento.

Voltou-se, então, ao recente discurso de Clódio, lançando-lhe a advertência dos harúspices sobre a profanação dos lugares sagrados (*De Har.*, 8-16); após evocar, mais uma vez, o sacrilégio cometido por Clódio nos mistérios da *Bona Dea*, em dezembro de 62 (*De Har.*, 8-9, 12), declarou que sua casa estava livre de toda consagração religiosa por muitos julgamentos. De fato, a assembleia centuriata tinha votado, em 4 de agosto de 57, a restituição de seus bens. O ponto seguinte tratava do assassinato de embaixadores (*De Har.*, 34-35) e, admitindo se tratar dos alexandrinos, Cícero procurou semear a dúvida, destacando o assassinato de dois gregos, um dos quais, Teodósio de Quios, tinha por inimigo um cúmplice de Clódio, e o outro, Plator de Oréstide, foi morto pelo médico de seu anfitrião, L. Calpúrnio Pisão. Sobre o ponto seguinte, a violação dos juramentos, Cícero propôs nada menos do que aplicá-la aos jurados que absolveram Clódio após o escândalo de 62 (*De Har.*, 36). Além disso, relacionou a este caso o tópico da violação das cerimônias antigas e secretas (*De Har.*, 37).

Após os crimes religiosos, Cícero tratou da advertência dos harúspices. O orador se esforçou por imputar toda a culpa a Clódio. O apresentou como depravado, falso e malfeitor; enumerou as torpezas de sua vida e de sua carreira; estigmatizou sobretudo seu tribunato, do qual diz ter sido vítima, ao lado da República (*De Har.*, 50 - 52). Este longo desenvolvimento foi seguido por um comentário rápido sobre os perigos da discórdia (*De Har.*, 53 - 55) e um pedido pela união "daqueles que têm força" com "aqueles que têm poder" – triúnviros e aristocratas – pela segurança da República.

O discurso de Cícero apresenta muitos momentos em que ele apresenta Clódio como um perigo enorme para o funcionamento da República romana:

Diria, então, que naquela época, vi e presenti com muita antecedência que tremenda tempestade se formava, que tremenda procela se preparava para a



República. Eu via que aquele crime tão importuno, a audácia monstruosa de um jovem desvairado, de um nobre ferido não podia ser encerrado pelos domínios da paz, que esse mal um dia explodiria, se tivesse ficado impune, para a ruína da cidade (*De Har.*, 4).<sup>14</sup>

Nesse trecho do seu discurso, Cícero está falando sobre o incidente durante os ritos para *Bona Dea*. O que é bastante interessante de se notar é que, apesar de Cícero ser um áugure, ou seja, a adivinhação ou previsão do futuro não faziam parte de suas competências, Cícero apresenta a si mesmo como dotado de grande capacidade adivinhatória. Ele diz claramente que a profanação de Clódio nesses ritos iria trazer consequências negativas para Roma, pois tinha sido um crime grave contra uma deusa romana. Além disso, não deixa de ser uma crítica aos senadores da época, aliados a Clódio, que absolveram ele desse crime.

Os termos pejorativos presentes nesse parágrafo também são importantes. Quando Cícero diz que “uma tremenda tempestade” se forma, ele não quer dizer apenas em situações conflituosas, mas está também relacionando esse acontecimento a um prodígio, já que alterações climáticas drásticas entravam nessa categoria, ainda mais uma celeste, do âmbito do deus Júpiter. Cícero ainda atribui a Clódio os adjetivos de monstro, desvairado que praticou o mal. A palavra *adulescentis* ainda é um ataque direto na maturidade de Clódio, dizendo que ele não se comporta como um homem adulto. Com isso, Cícero consegue retirar dele qualquer tipo de humanidade, colocando-o como uma pessoa insana, que não apresenta apoio nenhum das divindades.

Cícero continua, então, ainda discursando sobre os acontecimentos posteriores ao incidente de *Bona Dea*:

Certamente não se aproximou de mim depois, com muito ódio, de fato, nada fez contra mim com ódio de mim, mas com ódio do rigor, com ódio da dignidade, com ódio da República; não violou mais a mim do que ao Senado, do que aos cavaleiros romanos, do que a todos os bons, do que a Itália inteira; enfim, não foi mais criminoso contra mim do que contra os próprios deuses imortais (*De Har.*, 5).<sup>15</sup>

Esse é um trecho bastante enfático de Cícero, que procura desvincular sua rivalidade política e inimizade pessoal com Clódio. Nele, Clódio não sente raiva de Cícero por ele o denunciar no caso de *Bona Dea* ou por causa de suas disputas políticas anteriores. Cícero

<sup>14</sup> No original: “Tum, inquam, tum uidi ac multo ante prospexi quanta tempestas excitaretur, quanta impenderet procela rei publicae. Videbam illud scelus tam importunum, audaciam tam immanem adulescentis furentis, nobilis uulnerati non posse arceri oti finibus, erupturum illud malum aliquando, si impunitum fuisset, ad perniciem ciuitatis”.

<sup>15</sup> No original: “Non multum mihi sane post odium accessit, nihil enim contra me fecit ódio mei, sed ódio seueritatis, ódio dignitatis, ódio rei republicae, non me magis uiolauit quam senatum, quam équites romanos, quam omnis bonos, quam italiam conctam, non denique in me sceleratior fuit quam in ipsos deos immirtales”.

está dizendo que Clódio sente ódio porque Cícero representa a verdadeira República romana. Clódio o odeia, porque, segundo Cícero, ele odeia a própria República e tudo de digno e honroso que ela comporta. Ainda termina relatando que tudo o que ele sofreu nas mãos de Clódio deveria ser considerado um ataque não somente à instituição republicana, mas a todos os cidadãos bons dela e às próprias divindades. Mais uma vez, Cícero coloca Clódio na posição de inimigo dos deuses.

Depois disso, Cícero ainda faz questão de humilhar mais a personalidade de Clódio:

Agora, pois, espera-se dele um próximo discurso sobre castidade: que diferença há se, expulso dos altares muito sagrados, ele se queixa dos sacrifícios e dos cultos religiosos ou se, saindo do quartinho das suas irmãs, ele defende o pudor e a castidade? (*De Har.*, 9).<sup>16</sup>

Nesse parágrafo, vemos Cícero ofendendo Clódio de uma maneira mais agressiva, chamando-o de hipócrita, pois, para Cícero, um ser tão desvairado e monstruoso nunca poderia falar sobre pudor ou castidade. Nisso, Cícero já está se defendendo de uma possível resposta de Clódio no futuro e diz que suas palavras são vazias e não contêm nenhuma verdade. Além disso, Cícero insinua um caso incestuoso de Clódio com suas irmãs, diminuindo ainda mais a sua imagem como pessoa. Ao mesmo tempo, *pudicitia*, o pudor, é atributo da própria deusa *Pudicitia*, e com isso Cícero ataca Clódio mais uma vez com um argumento religioso, colocando-o como um ser que vive contrariando os desejos das divindades.

Cícero então conclui a sua acusação:

Vós descobrireis, pois, a partir deste prodígio inteiro e desta resposta, que nós recebemos o presságio acerca do crime e do furor desse sujeito e dos grandíssimos riscos que sobrepairam já perto, pela voz do grandioso e esplêndido Júpiter (*De Har.*, 10).<sup>17</sup>

Mais uma vez, Cícero adverte a todos do perigo que Clódio representa para a República, pois Clódio seria um prodígio na forma humana, e que sua presença e impunidades enfurece as divindades, principalmente o deus celeste Júpiter, o mais importante para o bom funcionamento da instituição romana.

Todas essas citações mostram como Cícero procurou atacar a personalidade de Clódio, com argumentos *ad hominem*, principalmente para apresentar o seu rival político

<sup>16</sup> No original: "Itaque nunc próxima contio eius exspectatur de pudicitia: quid enim interest utrum ab altaribus religiosissimis fugatos, de sacris et religionibus conqueratur na, ex sororum cubiculo egressus pudorem pudicitiamque defendat?",

<sup>17</sup> No original: "Reperietis enim ex hoc totó prodígio atque responso nos de istius scelere ac furore ac de impendentibus periculis maximis prope iam uoce Iouis Optimi Maximi praemoneri".

como um homem incapaz e despreparado. No quadro abaixo, podemos ver os pontos centrais do discurso do *De Haruspicum Responso*:

**Quadro 1** - Pontos centrais do discurso do *De Haruspicum Responso*

Acontecimentos	Discurso de Cícero	Objetivo
Cícero é exilado de Roma e perde sua casa.	Declara que o seu exílio foi declarado de uma maneira ilegítima.	Afirmar que ele, como cidadão romano, precisava ter tido um julgamento.
Cícero acusa Clódio.	Cícero chama Clódio de <i>hostis</i> .	Uma tentativa de anular o seu direito de cidadão romano, assim como fez com Catilina.
Profanação dos Jogos.	Cícero afirma que Clódio negligenciou os Jogos Megalenses.	Apresentar a falta de consideração de Clódio pelas tradições romanas.
Profanação de lugares sagrados.	Cícero afirma que Clódio perturbou os ritos da <i>Bona Dea</i> .	Culpar Clódio por causa de sua invasão na cerimônia.
Morte de embaixadores.	Cícero afirma que as vítimas eram inimigas de Clódio.	Culpar Clódio por se utilizar da violência para alcançar seus objetivos.
Violação dos juramentos.	Cícero afirma que Clódio age como um inimigo das divindades.	Apresentar Clódio como um perturbador da <i>pax deorum</i> .
Profanação de cerimônias secretas.	Cícero afirma que foi a invasão de Clódio nos ritos de <i>Bona Dea</i> .	Culpar Clódio pela sequência de prodígios porque ele estaria desrespeitando as divindades.

Veremos, então, como Cícero argumentou para o Senado, tentando provar que ele detinha uma autoridade religiosa muito mais adequada que Clódio.

Embora nós próprios amemos, ó, pais conscritos, da forma que queremos, não foi, porém, pelo número que nós superamos os hispanos, nem pela força, os gauleses, nem pela astúcia, os cartagineses, nem pelas artes, os gregos, nem enfim, pelo sentido doméstico e nativo desta gente e desta terra, os próprios italianos e latinos, mas pela piedade e pela religião e ainda por esta sabedoria única que superamos todas as raças e as nações, porque vimos claramente que, pelo poder dos deuses, todas as coisas são reguladas e governadas (*De Har.*, 19).<sup>18</sup>

Nesse trecho, Cícero buscou a atenção dos senadores por meio de uma estratégia argumentativa. Como ele era um homem novo no cenário político de Roma, ou seja,

<sup>18</sup> No original: "Quam volumus licet, patres conscripti, ipsi nos amemus, tamen nec numero Hispanos nec robore Gallos nec calliditate Poenos nec artibus Graecos nec denique hoc ipso huius gentis ac terrae domestico nativoque sensu Italos ipsos ac Latinos, sed pietate ac religione atque hac una sapientia, quod deorum numine omnia regi gubernarique perspeximus, omnis gentis nationesque superavimus".

não fazia parte de uma *gens* que estava inserida na elite romana desde seus anos iniciais de fundação, ao contrário de Clódio, Cícero precisou demonstrar que, como cidadão romano, todos os antepassados da história de Roma eram os seus também. Com isso, Cícero conseguia defender que possuía uma autoridade perante os demais. Quando ele afirma que os romanos superaram e conquistaram todas as demais civilizações, Cícero está beneficiando a si mesmo também, já que ele descende de todos esses ilustres romanos, apesar de não ter tido uma família influente.

Além disso, Cícero defende todas as vitórias romanas não pela força, inteligência ou cultura romana, mas por intermédio da religião. Pois, segundo ele, os romanos são os mais piôs, e por isso, conseguem sempre o favor e proteção das divindades. É por meio da ordenação divina que Roma se mantém de pé, e quando os prodígios ocorreram, demonstrando a insatisfação dos deuses, isso era algo muito grave. E logo depois desse discurso, Cícero aborda justamente os prodígios:

Deixe de lado os harúspices, deixe de lado, como é a voz geral dos homens, aquela antiga disciplina, transmitida pelos próprios deuses imortais da Etrúria, nós não podemos, por acaso, ser harúspices? (*De Har.*, 20).<sup>19</sup>

Esse trecho é de extrema importância, pois é justamente o gancho que Cícero precisava para poder se defender das acusações de Clódio e contra-atacar. Ele reconhece a importância do colégio dos harúspices, pois suas atividades fazem parte da tradição romana. No entanto, Cícero se questiona se ele próprio, um cidadão romano, não poderia ser um *haruspex*. Dessa maneira, Cícero estava alegando que ele também pode interpretar os sinais divinos e os prodígios.

Mas, se os jogos foram forçados a passar da alegria para o medo, se não foram interrompidos, mas foram aniquilados e suprimidos, se para a cidade inteira aqueles dias aparecem quase fúnebres, em vez de festivos, por causa do crime daquele que quis converter os jogos em luto, duvidaremos de que jogos aquele ruído anuncia terem sido profanados? (*De Har.*, 23).<sup>20</sup>

O ponto básico de Cícero, aqui, é que os prodígios transcendem a interpretação nas formas padronizadas. Em uma passagem anterior, Cícero compara a invasão de

<sup>19</sup> No original: "Mitto haruspices, mitto illam veterem ab ipsis dis immortalibus, ut hominum fama est, Etruriae traditam disciplinam: nos nonne haruspices esse possumus?".

<sup>20</sup> No original: "An si ludius constitit, aut tibicen repente conticuit, aut puer ille patrimus et matrimus si tensam non tenuit, si lorum omisit, aut si aedilis verbo aut simpuvio aberravit, ludi sunt non rite facti, eaque errata expiantur, et mentes deorum immortalium ludorum instauratione placantur: si ludi ab laetitia ad metum traducti, si non intermissi sed perempti atque sublatis sunt, si civitati universae, scelere eius qui ludos ad luctum conferre voluit, exstiterunt dies illi pro festis paene funesti, dubitabimus quos ille fremitus nuntiet ludos esse pollutos?".

escravos de Clódio nos Jogos Megalenses com um enxame de abelhas, um fenômeno da natureza que poderia ser considerado um prodígio. Aqui, a invasão dos escravos é apresentada simultaneamente como um prodígio e como o próprio perigo eminente que um dos prodígios apontados advertiu o povo de Roma. Cícero relata isso como uma relação direta de “alarme” e “desastre”, que proporcionou à comunidade romana uma janela decisiva de oportunidade para restabelecer relações adequadas com as divindades.

Com efeito, esta voz dos deuses imortais é quase este discurso que se deve reconhecer, quando o próprio mundo, quando os campos e as terras começam a tremer com certo movimento novo e predizem algo com um inusitado e incrível. Nisso, devem ser constituídas para nós cerimônias expiatórias e propiciação, como estamos advertidos. Mas fáceis são as preces junto àqueles que nos mostram para além o caminho da salvação, os nossos ressentimentos e discórdias é que devem, entre nós, ser aplacados para nós (*De Har.*, 63).<sup>21</sup>

As divindades romanas não conversavam com os sacerdotes ou magistrados no curso da ação ritual, e raramente fora dela. No que diz respeito ao culto estatal, a comunicação verbal dos deuses estava mais ou menos restrita às enigmáticas profecias nos versos gregos contidas nos Livros Sibilinos (BEARD, 2012, p. 30). Embora, na maioria das vezes, falassem em momentos de dificuldade, ou para alertar sobre uma ruptura na *pax deorum*, às vezes eles também podiam ser ouvidos em outras ocasiões. Em outro espectro, está o grande número de prodígios registrados, que foram, de alguma forma, eventos auditivos, como o barulho estrondoso que se tornou o foco do debate em 56.

Em algumas passagens do discurso, Cícero afirma audaciosamente que o estrondo era nada menos do que a voz real das divindades. Seu discurso divino pode ser ouvido em sons como os relatados ao Senado. Em outro lugar, quando ele introduz o prodígio e sua interpretação contestada, ele se refere a ele como “uma advertência falada quase por Júpiter *Optimus Maximus*”. Os deuses podem não estar falando a linguagem humana, mas estão se comunicando diretamente com os homens por meio desses sons.

## Conclusão

O *De haruspicum responso* faz referência às declarações do próprio Clódio, tratando da questão religiosa com muita gravidade. É possível que os dois oponentes fossem totalmente cínicos em seu uso dos métodos e argumentos religiosos, e que estivessem

---

<sup>21</sup> No original: “Etenim haec deorum immortalium vox, haec paene oratio iudicanda est, cum ipse mundus, cum maria atque terrae motu quodam novo contremiscunt et inusitato aliquid sono incredibilique praedicunt. In quo constituendae nobis quidem sunt procurationes et obsecratio, quem ad modum monemur. Sed faciles sunt preces apud eos qui ultro nobis viam salutis ostendunt: nostrae nobis sunt inter nos irae discordiaequae placandae”.

interessados apenas no controle da propriedade. Contudo, o conflito público não faria sentido sem que houvesse uma crença comum de que a questão devia ser resolvida apropriadamente. E conseguir isso sem que as regras legais fossem obedecidas podia ser muito perigoso, pois, respaldada fundamentalmente na religião, a sociedade romana acreditava na existência de duas esferas, dois espaços, o sagrado e o profano, cujas fronteiras tinham de ser, necessariamente, respeitadas (BELTRÃO, 2003, p. 38). Quando essa fronteira era rompida, a ordem era substituída pela desordem, e tal ideia produzia um profundo temor para os romanos.

Cícero, utilizando-se de seu conhecimento religioso e político, conseguiu elaborar respostas condizentes com os prodígios que aconteceram. Em muitos de seus discursos no Senado, percebe-se como a sua *auctoritas* religiosa serviu como uma forte influência para legitimar suas decisões.

Cícero discursou a fim de que o Senado pudesse ouvi-lo e desse valor ao que estava dizendo. Além de se defender de Clódio, ele também parecia almejar que a cidade de Roma finalmente estrasse em *concordia*, reconciliando o espaço sagrado e o espaço profano, para garantir uma ordem em Roma. Cícero, como áugure, se enxergava como um profundo mediador entre homens e deuses. Mesmo que diversas vezes estivesse se utilizando de artimanhas religiosas para vencer seus rivais no Senado, ele certamente acreditava que estava fazendo isso pelo bem da República e que tinha o favor das divindades.

## Referências

### Documentação primária

CICERO. *De Domo Sua*. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/domo.shtml>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CICERO. *De Haruspicum Responso*. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/haruspicum.shtml>>. Acesso em: 20 mar. 2019

CÍCERO. *O Discurso de Cícero De Haruspicum Responsis*: guia de leitura. Tradução em português de Luis Carlos Lima e Lara Barreto Corrêa. São Paulo: Annablume, 2013.

CÍCERO. *De Divinatione*. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/divinatione.shtml>>. Acesso em: 25 mar. 2019

CÍCERO. *A Divinação*. Tradução de Bruno Fregni Bassetto. Uberlândia: EDUFU, 2017.

**Obras de apoio**

- ALMEIDA, A. R. *Dicionário de Latim-Português*. Porto: Porto, 2008.
- ARENA, V. *Libertas and the practice of politics in the Late Roman Republic*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- BEARD, M.; NORTH, J. A.; PRICE, S. R. F. *Religions of Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. v. 1-2.
- BEARD, M. *SPQR: a history of Ancient Rome*. London: Profile Books, 2016.
- BEARD, M. Cicero's 'Response of the *haruspices*' and the Voice of the Gods. *Journal of Roman Studies*, v. 102, p. 20-39, 2012.
- BELTRÃO, C. A Religião na *urbs*. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. (Org.). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 137-159.
- BELTRÃO, C. *Prudentia e prudens* em Cícero: religião, jurisprudência e os poderes do magistrado. *Revista EMERJ*, v. 17, n. 64, p. 49-64, 2014.
- BELTRÃO, C. *De haruspicum responso*: religião e política em Cícero. *Mirabilia*, n. 3, p. 20-42, 2003.
- BUTLER, S. *The hand of Cicero*. New York: Routledge, 2002.
- CAIRO, M. E. Autoridad religiosa y autoridad política en de 'haruspicum responso' en ciceron. *Revista Maia*, v. 3, p. 486-500, 2017.
- CAIRO, M. E. El debate en torno a libertas a fines de la Republica: una lectura de 'De domo sua' de Ciceron. *Phoînix*, v. 24, n. 2, p. 75-89, 2018.
- DUFALLO, B. *The ghost of the past*. Ohio: Ohio State University Press, 2007.
- HARRIS, J. The law in Cicero's writings. In: STEEL, C. (Ed.). *The Cambridge Companion to Cicero*. New York: Cambridge University Press, 2013, p. 107-122.
- HARVEY, P. *Dicionário de Oxford de Literatura Clássica Grega e Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- HOBBSAWN, E. Introdução. In: HOBBSAWN, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 8-24.
- HÖLKESKAMP, K. History and collective memory in the Middle Republic. In: RÜPKE, J. (Ed.). *A Companion to Roman Republic*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006, p. 478-495.
- LINTOTT, A. *Cicero as evidence: a historian's companion*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- MIGNONE, L. M. Remembering a geography of resistance: plebeian secessions, then and now. In: GALINSKY, K. (Ed.). *Memoria romana: memory in Rome and Rome in memory*. Michigan: The Michigan University Press, 2014, p. 137-150.

- ORLIN, E. M. *Temples, religion and politics in the Roman Republic*. Leiden: Brill, 2002.
- ORLIN, E. M. *Foreign cults in Rome: creating a Roman Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- POWELL, J. G. F. Cicero's style. In: STEEL, C. (Ed.). *The Cambridge Companion to Cicero*. New York: Cambridge University Press, 2013, p. 41-73.
- RAWSON, E. *Cicero: a portrait*. London: Bristol Classical Press, 1983.
- ROSENBERGER, V. Republican nobles: controlling the Res Publica. In: RÜPKE, J. (Ed.). *A Companion to Roman Religion*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, p. 292-303.
- RÜPKE, J. Roman religion. In: FLOWER, H. (Ed.). *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 179-196.
- RÜPKE, J. (Ed.). *A Companion to Roman Religion*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2007.
- SCHEID, J. *An introduction to Roman religion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.
- STEEL, C. (Ed.). *The Cambridge Companion to Cicero*. New York: Cambridge University Press, 2013.
- WOOLF, G. *Roma: a história de um Império*. São Paulo: Cultrix, 2017.